

### **3. Os conflitos entre as diferentes concepções de desenvolvimento**

#### **3.1. Crise/crítica do desenvolvimento à maneira das ONGs**

Ao se criticar a visão puramente econômica com a qual o desenvolvimento vem sendo abordado majoritariamente na sociedade, não podemos também negligenciar que “a melhoria das condições materiais dos pobres, além de ser um objetivo humanitário em si, pode, justamente, propiciar a base para outros avanços, no que tange à consciência de direitos e à organização política” (SOUZA, 2006, p.27). A questão que se apresenta é a de não ter essa dimensão material como um fim em si, mas justamente a de se romper com este tipo de reducionismo, ampliando nossa capacidade de reflexão e de entendimento da complexidade do todo social. Sem essa percepção, nada pode ser transformado radicalmente.

A complexidade de realidade social que presenciamos atualmente nos permite dizer que cada coletividade possui seu funcionamento próprio, sua organização e cultura próprias, embora não descoladas do todo social. Todavia não se pode ignorar que sob a alegação de seu desenvolvimento, surgem cada dia mais discursos e práticas na maior parte das vezes insuficientes para a concretização de uma mudança para melhor no modo de vida dessas coletividades. O que temos visto nos últimos anos foi a construção e implementação de projetos de desenvolvimento construídos como modelos prontos e reproduzíveis indiscriminadamente em todos os cantos, negligenciando a diversidade de realidades.

Em um diálogo entre Edgar Morin e o líder indígena Marcos Terena, realizado no ano de 1999 na Universidade de Brasília, encontramos uma contribuição para essa discussão quando Morin afirma que “a sustentabilidade do desenvolvimento nacional é um problema de enfrentamento do paradoxo global/local que anima o mundo contemporâneo (...). Não há respostas prontas para este enorme desafio epistemológico” (MORIN, 2008, p. 11). Ficamos ainda com as considerações apresentadas neste diálogo, que ao tratar da complexa

organização entre os saberes globais e os saberes locais, traz perspectivas interessantes para nossa reflexão.

Marcos Terena relembra a diversidade de tribos indígenas que existiam no Brasil quando de sua descoberta e aponta que é

este universo que foi matado para dar lugar ao desenvolvimento (...). Quando morre um povo indígena, ele nunca mais volta. Desaparece uma civilização, sua língua que nunca mais é redescoberta. Porque a nossa comunicação era falar com as pessoas. Contar para as pessoas, como eu quero contar agora, a beleza da filosofia indígena, do conhecimento e da ciência indígena” (MORIN, 2008, p. 17 et seq.).

O líder indígena argumenta que toda a sabedoria indígena foi transformada em mercadoria e seu povo considerado não desenvolvido, uma vez que para o homem branco seu conhecimento religioso e espiritual não tem valor. Contudo, defende que não ser desenvolvido – se referindo ao desenvolvimento econômico da sociedade capitalista – “não significa ser culturalmente ou intelectualmente pobre [o problema foi que] o homem branco não sabia compreender a linguagem do homem indígena” (ibid., p.23).

Vemos então a destruição dos saberes locais, da cultura local para dar lugar ao desenvolvimento, e esse é apenas mais um dos inúmeros exemplos de conflitos criados mediante a sobreposição da ordem global sobre a ordem local. O desenvolvimento na modernidade vem cada vez mais cumprindo esse papel.

Morin nos chama atenção para as dificuldades encontradas pelas coletividades para que consigam sair da submissão às determinações globais como sendo, principalmente, a falta de poder e de consciência da necessidade de se organizarem (ibid., p.25). E ao criticar o desenvolvimento à maneira ocidental afirma que

cada civilização possui um pensamento racional, empírico, técnico e, também, um saber simbólico, mitológico e mágico. Em cada civilização há sabedoria e superstições. A nossa civilização é assim, ainda que muitos pensem que não, que a razão, a ciência, a técnica não são mitológicas. Com efeito, atribuir à técnica, à ciência a missão providencial de solução de todos os problemas humanos – esta era a idéia até a metade deste século – era uma idéia mitológica. Havia uma mitologia do progresso como uma lei da história que, automaticamente, iria produzir o melhor e cada vez melhor. Hoje sabemos que não é assim (ibid., p. 27 et seq.).

Trazendo esse conflito para o campo de atuação das ONGs, buscamos apreender o embate existente entre a concepção de desenvolvimento empreendida pelas ONGs através de seus projetos e o desenvolvimento desejado pelas coletividades atendidas. Sabemos que na maior parte das vezes as ONGs criam táticas de ação para fazer com que as coletividades atendidas possam ter suas demandas solucionadas, mas o que se vê é que seus projetos de desenvolvimento são comumente estruturados fora dos limites das coletividades e aplicados sem que se tenha a dimensão do que de fato cada indivíduo e cada coletividade deseja. Mesmo que todo esse sentimento seja tomado em consideração via participação da coletividade na implementação do projeto, ainda assim seria apenas adequação de uma visão exógena do desenvolvimento local.

Utilizaremos para isso o exemplo do *Instituto Sete Capitães* e da *ONG Grupo de desenvolvimento tecnológico harmonia, homem, habitas* – ONG 3Hs. A escolha dessas organizações se deu por possuírem práticas voltadas à busca pelo desenvolvimento dos territórios onde atuam e por se apresentarem como mediadoras entre a coletividade e o Estado.

Fundado em setembro de 2009, o Instituto Sete Capitães é uma associação sem fins lucrativos, que segundo seus fundadores possui a finalidade de executar atividades relacionadas à preservação, a pesquisa e a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental da região Norte e Noroeste Fluminense, bem como estimular o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural na região. Tem como presidente o empresário Renato Abreu, também presidente do Grupo MPE empresa que atua no campo da engenharia, administração e do agronegócio. Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Quissamã, Haroldo Carneiro, além da sua atuação local, o Instituto mantém parcerias com outras instituições no estado do Rio de Janeiro, como no caso da Preservale – que congrega fazendeiros do Vale do Paraíba, e instituições de âmbito nacional como a Fazendas do Brasil. Através do Fazendas do Brasil o Instituto consegue participar de uma rede internacional de ONGs com projetos na área de turismo, como a Turihab, da União Européia.

Já a ONG 3Hs<sup>7</sup>, atua somente no município de Quissamã, embora também possua parcerias em diversas outras escalas, até mesmo da caráter mundial como a GTZ, empresa alemã de cooperação e implementação de projetos de cooperação técnica. Sua atuação apresenta como foco o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo e à pesca, principalmente em Barra do Furado, São Miguel do Furado e Flexeira.

O local que nos servirá de exemplo é Barra do Furado, no município de Quissamã. Esta localidade se encontra a 42km de distância do distrito sede e possui cerca de 1.200 habitantes. A principal atividade produtiva é a pesca, que cumpre um importante papel na subsistência das famílias, mas também praticam o artesanato.

Os moradores desta localidade tem enfrentados alguns desafios uma vez que recentemente foi criado um consórcio envolvendo as prefeituras de Campos dos Goytacazes e Quissamã, visando estabelecer parcerias nos setores público e privado, e tendo como principal resultado o desenvolvimento do projeto do Complexo Logístico e Industrial de Farol. De acordo com material de divulgação do empreendimento, esse projeto será sediado em Barra do Furado tendo como objetivo atender a demanda pela exploração de petróleo no litoral norte fluminense, através da implantação de indústrias ligadas aos setores naval, do petróleo e gás.

Conforme pudemos perceber em entrevistas com alguns moradores que ali vivem, as famílias estão receosas quanto às transformações no seu espaço e no seu modo de vida. E do outro lado, encontra-se a prefeitura, que buscado a parceria das ONGs apresentadas tem tentado convencer a coletividade dos ‘benefícios’ econômicos que terão quando da impantação do complexo. O próprio secretário de Desenvolvimento deixa transparecer a forma como essa parceria, entre a prefeitura e às ONGs que atuam em atividades de valorização do turismo e da cultura, se estabelece ao afirmar que a “região certamente passará por um processo de desenvolvimento espetacular nos próximos 10 anos. Por isto, são necessárias ações que visem resgatar e manter, de forma sustentável, a nossa

---

<sup>7</sup> Por se tratar de uma ONG de pequeno porte, cok atuação somente em Quissamã, tivemos dificuldade em obter informações sobre sua história, trajetória e atuação. Contudo, optamos por mante-la como exemplo uma vez que trabalha diretamente com a coletividade de Barra do Furado, que tomamos como exemplo.

história, a cultura e o meio ambiente, através do turismo”<sup>8</sup>. Haroldo Carneiro se referia à projetos de desenvolvimento criados pela prefeitura, dentre eles o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado.

Para o Instituto Sete Capitães o turismo tem um potencial transformador da realidade do município, e, no nosso entendimento, essa organização viu na efetivação do projeto do complexo industrial, a possibilidade de revitalização do patrimônio local e o desenvolvimento econômico que poderá surgir como consequência, entre outros fatores, do aumento da infra-estrutura local que o empreendimento demanda.

No caso da ONG 3Hs, foi realizado em 2006 um projeto de “turismo de base comunitária” em Quissamã, do qual a coletividade de Barra do Furado fez parte e expôs suas necessidades e desejos para melhoria da qualidade de vida das famílias que ali vivem. Segundo o “relatório de diagnóstico”<sup>9</sup> das atividades desenvolvidas foram observados dois pontos principais de preocupação dos moradores, um primeiro trata do desejo de construção de um mercado de peixes, no qual os pescadores pudessem comercializar seu produto deixando de se submeter à atravessadores, o que implica menor renda. Outro ponto de destaque foi a preocupação com a implantação do estaleiro na região, uma vez que “os moradores têm muitas dúvidas e temem que a comunidade não venha a ser beneficiada”<sup>10</sup>.

Contudo, a organização parece ter visto no projeto do complexo industrial uma alternativa para a solução das carências daquela coletividade, uma vez que a prefeitura se comprometeu a fornecer aos pescadores toda infra-estrutura necessária para a modernização de suas atividades, construindo um frigorífico, oferecendo incentivos de créditos para compra de embarcações maiores. Contudo, o que pudemos perceber é que essa proposta encontra resistência por parte das famílias de pescadores.

---

<sup>8</sup> Entrevista publicada em site de divulgação formado por grupo de jornalistas da região norte fluminense. < <http://urgente.blogspot.com/2009/09/membros-do-instituto-sete-capitães.html>>

<sup>9</sup> Documento em meio digital, capturado no sítio da prefeitura de Quissamã, no endereço <<http://www.quissama.org.br/images/03-difinal.pdf>>, em 24/01/2010.

<sup>10</sup> Trecho capturado do “relatório da oficina de diagnóstico rural participativo Barra do Furado, São Miguel do Furado e Flexeiras” desenvolvido pela ONG 3Hs, obtido em 12/08/2006 no sítio < <http://www.quissama.org/images/007-relatorioprbbarradfuradofinal.pdf>>.

Diante desse cenário, pode-se observar um conflito entre o desenvolvimento desejado pela coletividade de Barra do Furado e o projeto de desenvolvimento construído pela prefeitura e legitimado pelas organizações em questão. Podemos dizer então que as ações das ONG, neste momento, não se mostram efetivas na busca da superação da racionalidade dominante. Isso tem ocorrido com boa parte das ONGs pelo Brasil que se propõem a transformar a realidade de parcelas da população, mas o que conseguem são apenas espasmos de resistências num mar de heteronomia. Suas ações muitas vezes não ultrapassam a superficialidade, ficando presas ao puro assistencialismo.

Por outro lado, a simples possibilidade de mudança que essas ONG trazem no seu discurso *pode* desencadear um sentimento de busca, por parte da coletividade, por transformações reais ou pelo menos originar uma reflexão nesse sentido. Esses pequenos passos não podem ser descartados uma vez que é através deles que podem ser construídos embriões de uma mudança real. A virtualidade contida neste processo, ainda que não concretizada, pode nos ajudar a encontrar caminhos para a busca de desenvolvimento que liberte a sociedade e os indivíduos do aprisionamento em que vivem, transformando-os em sujeitos de sua existência. Daqui em diante, tentaremos aprofundar essa discussão buscando caminhos que possam apontar para a superação desses problemas.

### **3.2.**

#### **Primeiros passos: o papel da participação popular**

Partilhamos do incômodo e irritação de que Marcelo Souza fala quando critica as atuais formas com as quais a expressão “participação popular” tem sido utilizada. Souza não se apresenta de forma alguma contra este tipo de ação, mas deixa transparecer sua indignação em um momento de desabafo logo nas primeiras linhas de introdução à sua obra quando diz: “faz algum tempo que, quando eu topo com a expressão ‘participação popular’, já me preparo para me irritar, já levanto guarda” (SOUZA, 2006, p. 9). Mesmo enfatizando seu posicionamento favorável e, mais ainda, em defesa da participação popular, ele nos atenta para o fato de que “poucas foram as expressões das quais se tenha utilizado mais abusivamente, mais hipocritamente nas últimas décadas, no campo da administração pública local e da política urbana” (SOUZA, loc. cit).

O debate acerca da participação popular na sociedade não é recente, sendo abordado não só por pesquisadores como também por grupos políticos, instituições da sociedade civil entre outros, em diversos momentos diferentes, mas ainda assim sem que se tenha alcançado algo próximo de um consenso. Pelo contrário, o que vemos ainda hoje é um intenso debate e ainda o uso indiscriminado do termo. Nas duas últimas décadas pudemos presenciar cada vez mais a popularização e até mesmo a vulgarização da idéia de participação popular, tendo, dentre inúmeros outros fatores, colaborado para este processo a ampliação do número de ONGs no Brasil e no mundo e a massificação de suas atividades, trazendo para o senso comum<sup>11</sup> a necessidade, e mais ainda, o dever de ‘participar’ voluntariamente em defesa da cidadania.

Proliferam políticas e ações de ONGs por todos os lados que dão conta da profusão deste pensamento, mas que não necessariamente procuram através desta participação uma ampliação do poder das coletividades. Na maior parte das vezes o que vemos é uma busca pela participação como forma de democratizar o capitalismo e abrandar os conflitos sociais. Como já dissemos anteriormente, as ONGs atuam muitas vezes de forma a amenizar, e muitas vezes resolver, as necessidades imediatas das coletividades onde atuam, através de seus projetos de desenvolvimento. Contudo, a questão por trás disso está no pensamento de curta duração, ou seja, resolver o problema urgente não significa que futuramente se tenha algum ganho concreto em relação à melhoria de qualidade de vida para essas coletividades. Este tem sido o grande problema e uma das maiores críticas efetuadas contra a atuação das ONGs.

Quando falamos de participação enquanto um processo coletivamente construído, temos naturalmente que enfatizar a necessidade de formação dos indivíduos de maneira que atinjam uma maturidade política mínima a fim de que não sejam apenas marionetes nas mãos de instituições e grupos políticos com intencionalidades diversas e na maior parte das vezes apenas “vestidas” de democracia ou de transformação. Podemos dizer que este processo depende, quase sempre, da organização e mobilização política e social construídas por grupos

---

<sup>11</sup> Entendemos por senso comum o conjunto de saberes e opiniões que uma dada sociedade acumula ao longo de seu desenvolvimento. Este conhecimento se caracteriza por ser superficial, referente à vivência de mundo de cada indivíduo, cada sociedade e acrítico, uma vez que não se constrói a partir de estudos ou reflexões prévias.

e/ou indivíduos dotados de interesses em gerar tal mobilização. Trata-se então de uma artificialidade da participação, pois segundo Silva “a participação ativa dos agentes sociais em espaços de gestão pública assim como todas as formas de ação coletiva, longe de ser algo natural, como apressadamente afirmam muitas ideologias políticas, é uma construção social que depende de um aprendizado fundado na experiência de uma trajetória social”. (SILVA, 2001, p. 45)

Um dos exemplos apresentado por Marcelo Silva (2001) em sua tese de doutoramento é bastante significativo, pois ao tratar da participação popular utilizando como estudo de caso o Orçamento Participativo em Porto Alegre, aponta que do total de indivíduos atuantes neste processo entre os anos de 1993 e 1998, cerca de 70% era membro de entidades sociais, evidenciando com isso que a experiência associativa constitui-se “em fator importante na mobilização e organização dos indivíduos para a atuação neste espaço de participação direta na gestão municipal” (SILVA, 2001, p. 52). Quando analisamos o caso das ONGs podemos observar o incentivo que oferecem à participação das coletividades na implementação de projetos de democratização dos direitos sociais e de acesso à cidadania, que antes eram atribuídos ao Estado. Por outro lado, não podemos deixar de perceber que mesmo imbuídas desse papel de transformação, ainda assim na maior parte das vezes as ONGs mantêm uma parceria e em muitos casos uma dependência direta do Estado e suas políticas assistencialistas.

Um exemplo desta proximidade de ação do Estado com as ONGs pode ser observado em projetos do Governo Lula, como o Programa Bolsa Família, o Fome Zero e na área da educação o Programa Universidade para Todos - PROUNI<sup>12</sup>. Em momento algum têm como intenção o rompimento com a

---

<sup>12</sup> “O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O PBF integra a estratégia FOME ZERO, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.” Sítio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/o-que-e](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e)>.

Já PROUNI “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa”. Sítio do Ministério da Educação, <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>.

estrutura social vigente, que produziu e reproduz cada vez mais os problemas que estes mesmos projetos pretendem solucionar, buscando remediar as desigualdades sociais e encontrando na sociedade civil apoio necessário para sua efetivação. O componente de valorização do voluntarismo e de criação de uma consciência de necessidade ou mesmo de dever em ajudar as populações mais carentes traz uma série de indivíduos a participar desses projetos, mesmo que não pela via institucional do governo, mas por outros canais como as ONGs. Essas ações muitas vezes cumprem o papel de convencer as coletividades atendidas de que sua participação, nestes casos bastante determinada e limitada, pode ser fundamental para uma transformação para melhor, o que para nós não significa uma transformação estrutural.

Quando observamos a pesquisa realizada pelo IBGE (2005) em parceria com outras organizações constatamos o grande número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, conjunto no qual as ONGs estão inseridas, que atuam com projetos na área de educação. O documento aponta um crescimento de “22,6% no número dessas associações, que passaram de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005”, sendo quase 42% delas criada na década de 1990. Deste total merece destaque o número de entidades que possuem caráter religioso, que atinge cerca de 25%. Contudo, no caso de educação e cultura, os dados apontam um quantitativo de cerca de 20% das ONGs existentes no Brasil. Neste caso é possível verificar a parceria com os programas de assistência estatais mesmo que não o seja de forma tão direta, mas através da criação de propostas de ação que caminhem no mesmo sentido desses programas. Se a pesquisa apresenta os dados comparativos dos anos de 2002 a 2005, podemos traçar uma relação destes com o período do governo do Partido dos Trabalhadores e suas políticas. As ONGs buscam essa parceria como forma de facilitar o seu acesso aos financiamentos disponibilizados pelo Estado para projetos de desenvolvimento empreendidos por instituições da sociedade civil, uma vez que tanto para o Estado quanto para as ONGs interessa esta parceria. Vemos então que os indivíduos envolvidos nestes processos, na maior parte das vezes apresentam algum vínculo institucional, no nosso caso com alguma ONG e mesmo quando o apelo ao voluntarismo angaria seguidores, o faz tomado por relações marcadas por uma intencionalidade própria à instituição que os representa.

Com isso pretendemos sublinhar a relação estreita entre associativismo e participação uma vez que os agentes que buscam produzir uma participação social, não o fazem apenas por um ímpeto natural em resposta às crises sociais existentes, mas o fazem principalmente através de condicionantes atribuídas ao campo de relações do qual fazem parte e que termina impondo a esta intervenção limites e possibilidades determinados pelos seus interesses próprios na efetivação de seu projeto social. Não pretendemos de forma alguma atribuir qualquer significado negativo à participação através de instituições, associações, grupos políticos ou qualquer outra forma organizativa, pelo contrário, nosso objetivo é apenas salientar a dificuldade encontrada por indivíduos que não fazem parte destas instâncias, de se inserir em processos de participação de forma plena, o que seria taticamente muito importante, pois como enfatiza Silva

é nestes espaços [de participação] que os indivíduos realizam a experiência objetiva de organizarem-se e atuarem coletivamente, em um processo de aprendizagem que, além de construir as “habilidades” necessárias ao agir coletivo, possibilita desconstruir determinados elementos de um *habitus* produzido por uma trajetória na qual historicamente predominaram fatores voltados à individualização, à subordinação, à desmobilização, à geração de oportunismo e ceticismo (SILVA, 2001, p. 60 et. seq., grifo do autor).

Tomando como exemplo as camadas mais pobres da sociedade podemos perceber as dificuldades muitas vezes encontradas para sua participação, não apenas por questões econômicas, mas também por falta de acesso à informação e à formação política. Se por um lado as desigualdades vivenciadas pelas classes sociais mais oprimidas podem levar à sua organização e mobilização para uma disputa de poder, por outro, podem também, e é o que mais temos presenciado nas últimas décadas, levar a um desestímulo por lutar e até mesmo discutir tais questões, terminando muitas vezes como massa de manobra para legitimação de políticas de manutenção do *status quo*.

Tomando como exemplo Barra do Furado, no município de Quissamã, podemos ilustrar bem esse processo quando observamos que devido à falta de acesso a informação e a formação política de seus indivíduos, estes terminam consentindo a implementação de um projeto de desenvolvimento que nem de longe atende às suas expectativas e seus anseios de melhoria da qualidade de vida. A ação da ONG Instituto Sete Capitães, neste caso, buscou através da parceria com a prefeitura de Quissamã levar à essa coletividade o discurso do

desenvolvimento local que seria efetivado a partir da construção dos estaleiros, convencendo a população dos ganhos materiais e do apoio que receberão tanto da própria instituição, quanto da prefeitura. Diante disso, podemos dizer que ao legitimar o discurso do Estado, o Instituto Sete Capitães termina contribuindo com o enfraquecimento do poder local. Esse processo é facilitado pela falta de informação sobre os reais interesses por trás da proposta e ainda mais por falta de poder de organização e de argumentação da coletividade diante desta realidade. A coletividade ali existente, mesmo sabendo que este não seria o caminho por ela desejado, não consegue lutar por um projeto próprio. A esta coletividade simplesmente foi negado o direito à participação.

Ao analisar esta questão, Maria da Glória Gohn (2002) nos lembra alguns momentos passados nos quais as formas encontradas pela sociedade para que se pudesse ampliar a participação popular foi na forma de conselhos. A autora aponta que na modernidade estes tendem a surgir em momentos de crises políticas e institucionais, numa tentativa de se opor à lógica capitalista, confrontando organizações mais tradicionais na busca por outras formas de poder, este com caráter mais autônomo, descentralizado e que garanta a autodeterminação dos caminhos a serem seguidos por cada coletividade. Como exemplos mais destacados Gohn aponta a “comuna de Paris, os conselhos dos soviets russos, os conselhos operários de Turim – estudados por Gramsci,” etc. (GOHN, 2002, p. 10).

Nos anos de 1980 os conselhos populares aparecem como expressão da oposição à ditadura militar, mas com funções diversas podendo ser tanto

organismos do movimento popular atuando com parcelas de poder junto ao Executivo (tendo a possibilidade de decidir sobre determinadas questões de governo); como organismos superiores de luta e organização popular, gerando situações de duplo poder – uma espécie de poder popular paralelo às estruturas institucionais; ou como organismos de administração municipal, criados pelo governo para incorporar o movimento popular ao governo, no sentido de que sejam assumidas tarefas de aconselhamento, de deliberação e/ou execução (ibid, p. 11).

Todos estes exemplos carregavam consigo o apelo por parte da sociedade civil por uma democratização através da participação popular, que naquele momento foi definida como “esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade” (GOHN, loc

cit.). Já nos anos 1990 surgem os chamados conselhos gestores, onde apenas instituições tinham participação e sua composição se constituía da combinação de representantes do poder Executivo e de instituições da sociedade civil. Estes conselhos foram construídos por meio de instrumentos legais através da Constituição de 1988, que previa a criação de mecanismos concretos para viabilizar a cidadania via democracia participativa. Seu papel principal estava na mediação da relação entre a sociedade e o Estado. Contudo, devemos sublinhar que o maior equívoco da institucionalização da participação se dá quando há a perda da dimensão de ação coletivamente construída (SILVA, 2001, p. 20).

A partir de então pudemos observar a adoção do discurso de ampliação da cidadania, de universalização dos direitos sociais e de uma nova compreensão do papel do Estado, que estava diretamente ligada à idéia de participação. Nas palavras de Maria da Glória

a participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social. [...] A principal característica desse tipo de participação é a tendência à institucionalização (GOHN, 2002, p. 12).

Podemos então dizer que nos marcos da democracia representativa essa participação popular se torna bastante restrita, tendo em vista o caráter nitidamente manipulador e castrador com que têm sido efetivadas as representações políticas no Brasil e no mundo afora, e que não só explicitam como também referendam as assimetrias de poder contidas nas relações sociais que as definem. O princípio da *representação*, base deste regime, aliena da maioria da população o poder pleno de decisão sobre os caminhos a serem seguidos por cada coletividade através da política e da administração pública, passando aos representantes esse poder de arbitrar livremente sobre os fins e os meios a que se destina cada decisão. O simples reconhecimento do quantitativo populacional elevado nas sociedades contemporâneas, e com isso a dificuldade de que todos possam fazer-se ouvir diretamente, e mais absurdamente a defesa de uma pretensa incapacidade desta população de decidir por conta própria, dado seu baixo conhecimento e preparo para tal, sem considerar ao menos a possibilidade

de uma “alfabetização política”, se tornam alguns dos mais utilizados argumentos em defesa desse regime “democrático”.

Ao abordar este tema, Souza traz uma importante colaboração para o debate ao apontar os “*obstáculos à participação popular*”. Ele afirma que

por instinto de sobrevivência e capacidade de ajuste, o sistema incorpora ‘uma certa’ exigência de participação como fator de eficiência e eficácia; cabe aos políticos profissionais se adaptar, saudando uma ‘governança aberta à participação’ em detrimento de um ‘governo restrito ao Estado’, transferindo tarefas para as organizações não-governamentais – a versão neoliberal da ‘descentralização’ – e promovendo elogios ritualísticos à transparência, à accountability etc., restando aos mais retrógrados perecer por sua incapacidade de adaptação aos novos tempos. Nessas circunstâncias, a ‘participação’ cai na boca do povo: o militante popular, o funcionário da ONG, o político em campanha (e não somente políticos de esquerda), todos defendem a ‘participação’ (SOUZA, 2006, p. 400 et seq.).

O autor divide ainda três grandes conjuntos de obstáculos, sendo o primeiro ligado ao problema da cooptação, outro relativo à implementação e por fim um terceiro grupo relacionado a desigualdade. A problemática da cooptação pode resultar em processos como o da “domesticação da sociedade civil por parte das forças políticas à frente do aparelho do Estado” (ibid, p. 410), sendo muitas vezes resultado de políticas deliberadas, nas quais os esquemas de participação terminam perdendo seu caráter e passando a meras representações, ou mesmo de situações não intencionadas por grupos políticos particulares, resultando na “desmobilização ou não-avanço político-pedagógico” (SOUZA, 2006, p. 410).

No caso das ONGs no Brasil, podemos observar nos últimos sete anos, nos quais vivenciamos o governo do presidente Lula, certa semelhança com essa situação. Qual tem sido o papel das ONGs diante de governos democráticos mais participativos, como é o caso do governo Lula? Observamos que neste período houve uma aproximação maior dessas organizações com as políticas do governo, do que se comparada com governos anteriores. A figura do presidente Lula, e o Partido dos Trabalhadores do qual faz parte e ajudou a criar, neste caso tiveram um peso muito grande. Sua trajetória, desde seu surgimento no cenário político brasileiro, traduziu o desejo e criou a esperança de grande parte da população brasileira na possibilidade de transformação social, principalmente frente às constantes decepções que os governos anteriores representaram. Ao assumir o poder, mesmo não tendo provocado profundas alterações na estrutura social, o

governo Lula tem desenvolvido ações de caráter assistencial, que reduzem ou pelos menos mascaram as profundas desigualdades criadas pelo capitalismo, o que até certo ponto o diferencia de governos anteriores. Estas ações encontram na atuação das ONGs uma parceria muito vantajosa. De um lado facilita a ação do Estado quando da implementação de seus programas, uma vez que atende um maior número de indivíduos sem que se tenha todo o peso da responsabilidade em suas mãos, sendo este papel dividido com as ONGs, e ainda cria um sentimento geral de satisfação com o governo Lula, legitimando sua trajetória de lutas em defesa dos trabalhadores. Já para as ONGs, a parceria com os programas do Estado amplia o seu acesso aos financiamentos estatais para seus projetos, fazendo com que aumente consideravelmente seu poder de ação junto às coletividades atendidas. Diante de todo esse cenário, podemos perceber uma atuação muitas vezes conjunta dessas duas instâncias sociais, reduzindo a margem de cobrança por parte das ONGs em relação ao Estado. Não podemos afirmar de maneira alguma que se trata de uma ação deliberada deste governo, mas apenas ressaltar a importância de que o conteúdo deva ser melhor analisado pelas ciências sociais, uma vez que sob pena de perder de vista nosso horizonte de estudo não podemos nos aprofundar neste momento.

Ainda analisando os obstáculos à participação popular Marcelo Souza (2006) aponta a problemática da implementação, que trata das dificuldades de ordem prática e política nas quais esbarram não só as administrações estatais, mas principalmente as organizações da sociedade civil quando da tentativa de buscar uma maior democratização social, através da construção de focos de resistências, de mobilizações e até mesmo de elaboração de contraprojetos.

E temos ainda a problemática da desigualdade, que esbarra em obstáculos de ordem material, como a falta de recursos da população mais pobre para estar presente em assembleias dentre outros movimentos, e de ordem social como a dificuldade muitas vezes encontrada de argumentação, de articular demandas e a baixa autoconfiança, que o autor em vários momentos da obra aponta como ausência de práticas político-pedagógicas, as quais teriam papel importante de reduzir essas dificuldades.

Dentre os conjuntos apontados, o elemento de cooptação dos esquemas participativos nos parece um tanto quanto mais pernicioso visto que o componente

imaterial, e por isso mesmo muitas vezes imperceptível, age de forma a camuflar o domínio e a deformação sofrida pelos mecanismos de participação e que terminam, como aponta Souza (2006) diminuindo a “margem de manobra autônoma da sociedade civil”. Mas nem tudo nos parece perdido! No meio desse “mar de heteronomia” que vivenciamos na nossa sociedade, ecoam por todos os cantos vozes destoantes, que tentam de várias formas se fazer ouvir e demonstrar todo o seu descontentamento e sua força e vontade de lutar por sua sobrevivência.

Destarte, ao analisar a democracia representativa e a participação popular neste contexto, se faz necessário ultrapassar essa cortina de fumaça, reconhecendo, portanto as relações de poder que se escondem por trás dessa dinâmica, avançando no sentido de buscar mecanismos de participação concretos nos quais as coletividades possam administrar e ter a liberdade de fazer seu próprio caminho.

Sabemos que a crítica à participação popular como vem sendo construída não se trata de uma inovação no campo das relações políticas e sociais, tanto que podemos recordar as palavras divulgadas por estudantes em cartazes durante os protestos de maio de 1968, as quais diziam:

je participe

tu participes

Il participe

Nous participons

Vous participez

ILS PROFITENT (apud SOUZA, 2006, p.9)

por outro lado, o que vemos acontecendo nas últimas décadas é uma completa deturpação do sentido real do termo.

A defesa da participação popular tornou-se hoje um dos principais canais para administrar a crise vivida na sociedade, tendo em vista que as restrições estruturais limitam a possibilidade de libertação das coletividades e, portanto, da construção de espaços de resistência, de participação concreta e de transformação social. O discurso da participação aponta então com o papel de preencher esse vazio, de forma a apaziguar os ânimos numa encenação da qual muitos participam e poucos decidem, legitimando, portanto, a ordem social vigente.

Com base nesta perspectiva surgem inúmeros pesquisadores que questionem, duvidem e até mesmo tragam argumentos contra a possibilidade de realização de um processo de participação popular pleno, contudo não podemos deixar de observar que

embora difícil (e quem duvidaria disso?), a participação popular consistente é perfeitamente possível, e que ela compensa, em vários sentidos. Ou seja: a competência analítica de que se precisa para fugir ao ramerrão dos estudos de caso e exames pouco ambiciosos diz respeito, também, ao plano, por assim dizer, “operacional”. Do mais abstrato ao mais concreto; do mais geral ao mais particular, e mesmo ao singular; reflexão político-filosófica, exame empírico detalhado e preocupação “pragmática” com a ação eficaz: não se trata, de forma alguma, de elementos contraditórios, mas de peças complementares de um quebra-cabeça político e intelectual (ibid., p. 13).

Percebemos então que o problema é muito maior do que a simples deterioração e a destruição do poder de um sistema social e político desigualizador como temos hoje o capitalismo. É preciso mais que isso, precisamos dar o próximo passo, em outras palavras, apontar perspectivas renovadoras, de construção de uma nova sociedade, de um novo modelo de desenvolvimento, mas tendo sempre em mente que “estamos diante de um problema para o qual não temos solução, temos unicamente aspirações” (MORIN, 2008, p. 38).

Essas aspirações de que fala Morin podem e devem ser construídas coletivamente e sem a determinação de um novo modelo, de um novo projeto fechado. No nosso entendimento a base para este processo está na complexidade da análise social, no pensar complexo que Morin traz como contribuição às ciências sociais. De acordo com o autor o pensamento complexo integra em si mesmo uma visão sempre em busca da multidimensionalidade, da contextualização (MORIN, 2008, p. 59).

A incorporação da cultura como uma das dimensões que mais pode libertar da prisão econômica na qual o desenvolvimento na modernidade se encontra, enriquece o solo do desenvolvimento, trazendo a diversidade cultural e com ela a multiplicação de resistências ao modelo capitalista de desenvolvimento. Destarte, devemos buscar romper com a visão de diversidade como hierarquia, entendendo-a pois, como pluralidade de possibilidades.

Decorre deste raciocínio a relevância da valorização da escala local para nosso estudo, pois é no local onde encontramos possibilidades e podemos desenvolver espaços de resistências, de insurreição e embriões de transformação, para que possamos romper com o “conformismo generalizado” de que fala Castoriadis (1992a), tendo então a perspectiva de que a participação local concreta, pode não ter um alcance transformador da estrutura social como um todo, mas *pode* – e para nós é imprescindível que o faça - cumprir um importante papel na construção de caminhos e aspirações maiores. Todavia devemos atentar para o risco de cair no localismo criticado por Carlos Vainer (2002) e para que não o façamos é preciso ter uma visão transescalar dos processos sociais, não analisando o local em si mesmo, mas diante das interações deste com as diversas escalas do todo social.

Se tomarmos como base o território e a territorialidade de cada coletividade, podemos avançar no sentido de ultrapassar os limites que as relações de poder muitas vezes impõem ao espaço social onde se (re)produzem, transformando-os em territórios dominados pelo pensamento heterônomo seja sob a forma de limitações materiais, de restrições de poder e influência, de redução das possibilidades de resistência ou até mesmo das liberdades, desejos e aspirações de cada coletividade.

Essa presença de territórios hegemônicos coexistindo com territórios e territorialidades contra-hegemônicos, no mesmo espaço, configura a disputa e o movimento sempre constante na busca de poder e domínio social. Faz-se imprescindível que consideremos a multiterritorialidade aqui presente, a fim de que possamos enriquecer a análise - voltaremos a esse assunto mais adiante. Se para nós a territorialidade e as relações de poder que determinam os territórios onde impera a heteronomia são dimensões essenciais, não podemos também perder de vista papel ativo do espaço na reprodução da sociedade.

O espaço social aqui deve ser apreendido no sentido de ser um espaço onde a dialética se faz presente, onde este não só se apresenta como um produto das relações sociais, como a expressão de uma sociedade sendo produzido através da sua materialidade bem como das suas significações, mas também se oferece como condicionante a reprodução desta mesma sociedade. O espaço refere-se também, como aponta Álvaro Ferreira (2007), “simultaneamente, à ação dos agentes locais

em associação com grupos de ação, muitas vezes de âmbito global. Nesse sentido, o espaço produzido pode contribuir mais para ocultar do que revelar”.

É interessante a análise que Léfèbvre (2008) traz do espaço ao afirmar que este é um produto social, que se materializa de acordo com a sociedade que o produz, sendo um instrumento político intencionalmente manipulado, como forma de transmitir as significações imaginárias sociais<sup>13</sup> do poder hegemônico. Sendo assim o espaço aparece como instrumento de ação e de pensamento, como um meio de controle e de dominação, sendo, portanto, produto e produtor da sociedade. O autor sublinha que as contradições do espaço surgem como consequência do seu conteúdo “prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”, segue então afirmando que “o espaço é simultaneamente global e pulverizado, onde a burguesia dispõe de um duplo poder sobre o espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 57), o qual ele aponta sendo de um lado a propriedade privada do solo, e de outro a globalidade, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado. Sendo assim, ficam evidentes os conflitos existentes entre o espaço abstrato, relativo ao que Léfèbvre denomina de espaço concebido e o espaço imediato, aqui entendido como o espaço percebido, vivido.

Para melhor entender essa relação retomamos uma relevante contribuição de Léfèbvre (1994) quando da sua análise da dimensão subjetiva da produção do espaço, na qual o autor aponta para a existência de uma tríade conceitual. Para Léfèbvre o espaço possui uma dimensão determinada pelo espaço percebido, na qual se insere a realidade cotidiana, a (re)produção do espaço e da sociedade, uma outra dimensão do espaço concebido, relativo ao conhecimento e ao poder, que diz respeito às relações de produção a ordem que o impõe e por fim o espaço vivido, englobando os símbolos e os códigos, também ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, onde de desenvolvem os espaços de resistência.

Para nós essa visão multidimensional do espaço se faz relevante quando observamos que o espaço concebido pelo Estado, e neste caso legitimado pelos projetos de desenvolvimento utilizados pelas ONGs, muitas vezes se chocam não só com o espaço vivido das coletividades como também pelo seu espaço

---

<sup>13</sup> As significações imaginárias sociais, na concepção de Castoriadis, estruturam as representações do mundo em geral, designam as finalidades da ação, impondo o que deve ser feito e estabelecem os tipos de afetos particulares a cada sociedade (CASTORIADIS, 1991).

concebido. Se observarmos o caso da ONG Instituto Sete Capitães, podemos perceber que esta, em parceria com a prefeitura de Quissamã promoveu na coletividade de Barra do Furado uma verdadeira propaganda de convencimento dos “benefícios” que a aceitação por parte desta coletividade ao projeto de construção dos estaleiros nesta localidade traria para o desenvolvimento local. O subsecretário de desenvolvimento econômico e turismo de Quissamã, Saulo Ramos, aponta que “explicamos para eles que o progresso é inexorável e mostramos então que eles serão beneficiados”<sup>14</sup>.

Contudo, por se tratar de uma coletividade pesqueira, se torna extremamente difícil crer nos resultados favoráveis. A população que mantinha até então uma tradição de pesca artesanal, terá necessariamente que se deixar incorporar pela modernização da atividade, mesmo sabendo das dificuldades que enfrentarão para tal. Em conversas com moradores de Barra do Furado pudemos perceber que a coletividade envolvida não desejava seguir este caminho, pois segundo Luciana da Silva, uma das moradoras, “a gente tem projetos próprios, não queremos deixar a pesca, é dela que sempre vivemos”, logo entendemos que seus anseios caminhavam em sentido completamente oposto à transformação de suas atividades. Mesmo tendo um compromisso do Estado, aqui representado pela prefeitura, de que a coletividade envolvida receberia todo o apoio econômico e tecnológico, ainda assim a proposta não foi bem recebida pelos moradores.

Diante deste quadro podemos mais uma vez sublinhar as contradições existentes, neste caso entre o espaço concebido pelo Estado, do desenvolvimento econômico do município, em detrimento dos interesses da coletividade de Barra do Furado, e o espaço vivido e concebido por esta, no qual desenvolvem suas práticas espaciais, produzindo territorialidades e território próprios. Fica clara portando a importância do domínio e da produção do espaço social, da subjetividade que este incorpora na produção de símbolos, no cotidiano vivenciado pelas coletividades e que influenciam as práticas espaciais e a reprodução social.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 28/10/2009 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e pela Secretaria de Obras e Urbanismo de Quissamã para a equipe do NEGEF, da qual fazemos parte e que nos acompanhou neste trabalho de campo.

A maneira pela qual encontramos caminhos possíveis para que cada coletividade possa ter do controle de seu espaço, que possa assim produzir seu território, suas territorialidades é a idéia de autonomia que tomamos de Cornelius Castoriadis (1992a, 1992b, 1992c, 2002). Segundo o autor o princípio da autonomia permite que cada coletividade se crie, se (re)produza segundo suas próprias leis, construídas coletivamente através de discussões públicas e transparentes, nas quais todo indivíduo tenha a oportunidade de participar e de influir em assuntos coletivos, que digam respeito aos caminhos e fins que busquem para sua qualidade de vida. Partiremos então em busca dessa autonomia.

### **3.3.**

#### **Do desenvolvimento pelas ONGs ao desenvolvimento numa perspectiva autonomista**

A heteronomia contida nas relações sociais que se territorializam através das práticas espaciais de uma dada sociedade, tendem a reduzir as margens de manobra para o desenvolvimento de perspectivas autônomas e libertárias, sob as quais poderíamos tomar as rédeas dos caminhos a serem seguidos e os fins a que se destinam as ações coletivas e individuais. Por outro lado, nos parece relevante apontar que as ações empreendidas no sentido de redução, ou mais ainda, de destruição das assimetrias estruturais de poder, abrem caminhos para que a participação popular deixe de ser apenas consentida, passando a assumir o papel de transformação para um caminho não só da participação, mas enfim com a culminância em uma perspectiva autonomista. Neste momento, a participação sai da sombra tutelar do Estado, deixando a cada indivíduo a possibilidade de tomar parte efetivamente do processo decisório. Mas para que essas assimetrias sejam postas abaixo é preciso dar alguns passos, mesmo que pequenos, e isso significa identificar possibilidades e movimentos de resistências, valorizando até mesmo pequenas conquistas, desde que estas representem algum ganho político.

Caminhar em direção a uma sociedade autônoma certamente não se trata de uma tarefa simples de ser realizada, e para que consigamos dar alguns passos é necessário ampliar a consciência crítica e a mobilização social a fim de que a maioria da população encontre o desejo de uma mudança social profunda, capaz de construir resistências à heteronomia existente na sociedade. É aqui mais uma vez que retomamos a afirmação de Marcelo Souza quando nos atenta para a

“importância de valorizarem também pequenas conquistas, que funcionam como momentos de aglutinação e aprendizado, desde que essas conquistas modestas e vitórias táticas possuam um potencial político-pedagógico que as torne capazes de facilitar, e não dificultar, experiências ulteriores mais arrojadas e profundas” (SOUZA, 2006, p. 54).

Se pudemos até aqui esboçar caminhos para uma mudança social tendo como norte uma perspectiva autonomista, mas passando por momentos de disputas de poder, de ampliação da margem de manobra para mudanças via participação popular, valorizando sempre a formação política dos indivíduos, podemos e devemos também, apontar qual perspectiva que temos de mudança, ou em outras palavras, onde pretendemos chegar com esse caminhar. O que seria então para nós uma sociedade autônoma, como construí-la e o que se espera desse projeto?

A liberdade, a criação e a autonomia de cada indivíduo e de cada coletividade são desejos antigos no imaginário social, contudo jamais realizados plenamente sob uma sociedade heterônoma como a que vivenciamos no modelo civilizatório capitalista. Desta forma buscamos apoio nos estudos de Castoriadis (1992a, 1992b, 1992c) e Marcelo Souza (19995, 1996, 1997, 2000, 2003, 2006) para que possamos construir caminhos possíveis em direção a uma sociedade autônoma tendo o princípio da autonomia castoriadiana como nossa base.

Uma das mais importantes contribuições de Castoriadis foi o seu princípio da autonomia social e individual. O autor parte de uma crítica à heteronomia contida nas relações sociais da sociedade moderna e avança propondo mudanças no sentido de que a sociedade possa atingir uma maior liberdade de pensamento e ação. Para ele, “a autonomia é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, como ao mesmo tempo individual e social” (CASTORIADIS, 1992b, p. 140).

Ao analisar sua dimensão individual Castoriadis resalta que, para o indivíduo a autonomia consiste em “refletir sobre ele mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e os motivos de seus atos, guiado pela intenção do certo e elucidação de seu desejo” (CASTORIADIS, loc. cit.) ou seja, permitir que cada indivíduo tenha liberdade de escolha e conhecimento e educação política para tal. Por outro lado, Castoriadis nos lembra que não há possibilidade de um indivíduo

tornar-se autônomo numa sociedade heterônoma e que, portanto, a autonomia individual implica a existência de uma autonomia social. Ao enfatizar a dimensão social da autonomia ele afirma que

não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva. Se não se trata mais de entender por esse termo nem a liberdade inalienável de um sujeito abstrato, nem o domínio de uma pura consciência sobre um material indiferenciado para todos (...); se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é o seu e que tem que transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade (...), então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social (CASTORIADIS, 1991, p. 130).

Castoriadis sublinha ainda que para que consigamos construir essa autonomia social e individual, é preciso que já se tenha surgido um *germe* de autonomia nos marcos da sociedade heterônoma, ou, nas palavras do autor, “para investir a liberdade e a verdade, é preciso que elas já tenham aparecido como significações imaginárias sociais. Para que os indivíduos visando a autonomia possam surgir, é preciso que já se tenha auto-alterado de maneira a abrir um espaço de interrogação sem limites” (CASTORIADIS, 1992b, p.142). A formação de instituições que tornem essa reflexividade coletiva possível é algo imprescindível, assim como a necessidade de conferir aos indivíduos a “possibilidade efetiva máxima de participação em todo poder explícito, mas também a esfera mais extensa possível da vida individual autônoma” (ibid., p. 147). E mesmo essas instituições tendo a validade de momento de reflexão coletiva, adquirindo portanto legitimidade diante das significações imaginárias sociais, ainda assim é preciso a todo instante questioná-las. Conforme aponta Castoriadis,

*uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita. (CASTORIADIS, 1983 apud SOUZA, 2000, p. 77)*

O caminho encontrado por Castoriadis que permita essa transformação é a política, que segundo o autor constitui-se no projeto da autonomia. A política consiste, na sua visão em uma “atividade coletiva, reflexiva e lúcida, que surge a

partir do momento em que é colocada a questão da validade de direito das instituições (...) [e se] ela é concebida dessa maneira, o homem põe em questão e, segundo o caso, altera seu modo de ser e seu ser enquanto homem social” (CASTORIADIS, 1992c, p. 97).

A autonomia de que Castoriadis fala consiste, portanto, em um projeto no qual uma coletividade teria por princípio a autodeterminação de suas leis com base na reflexão coletiva e individual. Uma sociedade na qual se possa ter como garantia o poder de gerir livremente seu território e seu desenvolvimento.

Uma vez que tenhamos apreendido o significado da autonomia castoriadiana, devemos refletir sobre os caminhos possíveis para que possamos construí-la.

Num primeiro momento devemos nos debruçar sobre a articulação de diversas escalas para que possamos ampliar a visão do problema, entendendo a complexidade da tarefa e não apenas reduzindo a discussão da autonomia a uma visão localista, da qual a solução para o incômodo que vivenciamos sob uma sociedade heterônoma pudesse ser resolvido apenas tomando como força os focos de resistência locais. Sublinhamos então, como dito anteriormente, que as relações transescalares são fundamentais para que consigamos romper com o reducionismo contido na visão localista, e perceber que as realidades encontradas em cada lugar são profundamente influenciadas pela sua relação com outros espaços, com outras escalas, e principalmente determinadas pelas assimetrias de poder que as diferentes classes sociais empreendem no espaço.

Quando observamos a busca pelo desenvolvimento de uma dada coletividade, não nos basta perceber suas fragilidades e a partir daí implementar projetos de desenvolvimento local, quando esses na maior parte das vezes são elaborados somente sobre as determinações externas à realidade local. Tomar as variáveis externas como parte da existência do lugar é elemento fundamental do entendimento de sua realidade, contudo, desconsiderar as condições internas é indefensável. E é através da elaboração de Milton Santos (1997, p. 96 et. seq.) sobre o local que podemos perceber esse conflito quando o autor afirma que

o interno é tudo que, num momento dado, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado aparece como local (...). Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar, muito embora incida sobre ele. Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores.

É preciso entender as relações nas quais essa coletividade se cria e se reproduz e entender que o desenvolvimento necessita ser apreendido para muito além da pura satisfação econômica, pois a dinâmica social na qual está inserido se encontra necessariamente permeado de um conjunto de outras relações, materiais e imateriais, de conflitos e de racionalidades que caracterizam a complexidade social que vivemos. O desenvolvimento adquire então um status de transformação da sociedade, na qual possamos reproduzir os princípios da autonomia.

O papel que as ONGs vêm cumprindo ao longo das últimas décadas deixa transparecer a sua proximidade com a idéia de desenvolvimento unicamente como forma de crescimento. Ao perceberem a fragilidade e carência na qual as coletividades se encontravam com o surgimento do neoliberalismo e a conseqüente diminuição do Estado, essas organizações tentam ocupar esse vazio tomando para si a responsabilidade em atender as demandas locais e buscando alternativas de satisfação dos desejos das coletividades atendidas. Por outro lado, sua ação deixa escapar a questão central nesse embate, que não basta suprir carências de uma ou outra coletividade, em qualquer que seja a escala de atuação quando na verdade essas carências são reflexo de uma crise estrutural, de um modelo societário que não se propõe solucionar ou ao menos equilibrar o desequilíbrio de forças na sociedade. Basta observar como tem sido direcionadas as suas práticas e ao lado de que instituições comumente aparecem, como no caso do Instituto Sete Capitães.

A própria organização se coloca como interlocutora entre a coletividade de Barra do Furado e o Estado, aqui representado pela prefeitura de Quissamã, atendendo às expectativas de crescimento e desenvolvimento na visão destas instituições. Na defesa de seu posicionamento, membros desta ONG enfatizam a importância de se buscar uma cooperação entre a população e o Estado, pois somente através desta parceria que poderiam alcançar uma melhoria significativa

para o município e conseqüentemente seu desenvolvimento. Para eles, ao conquistar um crescimento econômico, a população do município como um todo, bem como a coletividade da Barra do Furado, seriam beneficiados<sup>15</sup>.

Não é difícil perceber que esse desejo de cooperação também parte da prefeitura quando o subsecretário de desenvolvimento e turismo, afirma que o “Instituto Sete Capitães teve um papel muito importante ao ajudar a mostrar pra população de Barra do Furado que este projeto também seria bom para eles”<sup>16</sup>. Saulo Ramos defende ainda que a vantagem neste processo todo é que, ao se tratar de uma coletividade que vive da pesca artesanal, eles teriam a oportunidade de deixar essa forma de trabalho, passando para uma pesca “profissional” (se utiliza desse termo para classificar a forma pela qual estes pescadores estariam mais inseridos e competitivos no mercado pesqueiro).

Nesta mesma entrevista, o subsecretário enaltece o papel que o Instituto Sete Capitães teve no convencimento da população, lembrando que durante muito tempo esta coletividade rejeitou o projeto, em nossa opinião por não atender aos seus reais anseios, mas através da ação da ONG em questão “a população hoje está aceitando melhor”. Mais adiante, deixa escapar a contradição contida no discurso da prefeitura ao ressaltar que, a despeito do que havia propagandeado àquela coletividade, de melhoria de infra-estrutura e toda sorte de benefícios que fossem necessários para sua manutenção na atividade pesqueira, a realidade era outra.

De acordo com o projeto, está prevista naquela localidade a construção de uma rede hoteleira, de escolas, e todo tipo de serviços que sirvam de base à nova atividade. Na prática, segundo o próprio subsecretário, “a tendência é que as gerações futuras deixem a pesca”, uma vez que no nosso entendimento serão cada vez mais oprimidas, resultando na perda da tradição e de seu poder frente às determinações provenientes de outras escalas. Mais ainda, na sua fala transparece o futuro duvidoso que aguarda essa coletividade à medida que nos afirma que “as empresas que vêm [estaleiros], já tem seus prestadores de serviços, que serão enviados para Quissamã”, diante disso fica a questão: se por um lado essa coletividade pode se vir compelida a deixar a pesca, buscando outras formas de

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 15/04/2010.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em 28/10/2009.

sobrevivência diante da nova realidade, por outro, seu espaço para tal será bastante reduzido uma vez que seus indivíduos terão de competir – numa disputa desleal – com profissionais qualificados vindos dos mais diversos pontos do país. O que se desenha para o futuro próximo é algo parecido ao que se aconteceu em municípios próximos como Macaé e Teresópolis.

Trazendo o exemplo de Macaé podemos observar que desde a década de 1970 o município passou por profundas transformações tanto materiais quanto imateriais. O desenvolvimento da atividade petrolífera trouxe uma série de determinações, de projetos e de projeções de realidades distantes, combinando ali a concretização de relações forjadas nas mais variadas escalas. Sendo o petróleo um produto de importância mundial, os efeitos no modo de vida daquela coletividade foram marcados por intencionalidades muitas vezes determinadas por realidades completamente conflitantes com a preexistente. Aqui não fica explícita a relação tão direta entre a escala nacional - o Estado - e a escala local, até porque como dito agora pouco, são escalas muito diversas que participam neste processo, mas ainda assim mediadas pela ação do Estado.

O que queremos mostrar é que devido a essas transformações, a coletividade se viu muito mais submetida à uma ordem distante, sem mecanismos próprios de participação e excluídas da “divisão do bolo” após seu crescimento. O que observamos num primeiro momento foi a incorporação da mão-de-obra local nos postos de trabalho que surgiram a partir do desenvolvimento da atividade petrolífera no município. Contudo, num segundo momento houve o aumento da demanda por serviços com padrão mais elevado que atendessem a uma clientela de profissionais altamente qualificados que passaram a trabalhar naquele município, resultando na exclusão de boa parte dessa população para dar lugar a mão-de-obra vinda de outros municípios e muitas vezes de outros estados, porém mais qualificada<sup>17</sup>.

Já em Teresópolis, essa relação do local com outras escalas se vê mais despreendida da limitação político-administrativa como vimos em Macaé. Aqui pudemos perceber que nos últimos anos, o incentivo ao crescimento do turismo tem sido o agente transformador daquele espaço. O apelo ao turismo aparece aqui

---

<sup>17</sup> Informações obtidas através de entrevistas com funcionários da prefeitura de Macaé e outros moradores do município ao longo do segundo semestre de 2009.

como um momento de fuga da realidade sufocante da cidade e de procura pela paz e tranquilidade que a natureza, agora feita mercadoria, pode oferecer aos cidadãos. Neste caso, coletividades que antes viviam quase que exclusivamente da produção agrícola familiar, tiveram seus modos de vida marcados pelo aumento da atividade turística influenciada por políticas públicas. Um exemplo desse fenômeno ocorre nas proximidades do Hotel Le Canton, situado no eixo Teresópolis-Friburgo e que possui uma classificação elevada atendendo a uma clientela de classe alta proveniente de todo o estado do Rio de Janeiro e até mesmo de outros estados.

A transformação se deu a partir do momento em que as coletividades do entorno do hotel viram no turismo uma oportunidade de complementação de sua renda e partiram para a diversificação do seu trabalho, ocupando postos de trabalho muitas vezes no próprio hotel. Passaram a dividir seu tempo e trabalhar em tempo parcial na produção agrícola e no turismo. Contudo, o crescimento da demanda local influenciado por determinantes externas, requisitavam mão-de-obra mais qualificada do que os trabalhadores do campo. Esta coletividade então foi sendo excluída do processo de crescimento, ficando a margem e tendo muitas vezes que buscar outras formas de sobrevivência, muitas vezes fora do local onde vivem.

Não pretendíamos nos alongar com esses exemplos e nem podemos esmiuçar as questões que foram aqui superficialmente apresentadas uma vez que foge um pouco da temática que estudamos, da atuação das ONGs, contudo entendemos que esse breve relato nos serve como demonstração das possíveis transformações que a coletividade de Barra do Furado pode vir a enfrentar. Fica claro nos exemplos apresentados que houve uma redução significativa do poder das coletividades em questão, uma vez que o poder hegemônico, muito mais incisivo e dominador, termina obtendo o controle sobre as relações sociais naqueles espaços.

Tomamos ainda o cuidado em atentar que essas são apenas projeções das possibilidades futuras, mas que nem de longe pretendemos afirmar que se tornem concretas uma vez que para nós a dinâmica e o movimento do todo social, se modificam a cada instante, criando novas determinações, novas possibilidades que antes não estavam dadas, criando novos caminhos possíveis.

Que fazer então diante de uma realidade mundial hegemônica que nos empurra cada vez mais para a “globalização da economia e da cultura”, onde as possibilidades de transformação e de disputa de poder por parte das classes dominadas são cada vez mais restritas e controladas? A resposta se encontra na própria questão, pois é exatamente através da compreensão desses limites de liberdade, de justiça e desenvolvimento social e espacial em uma sociedade heterônoma, que podemos construir resistências e traçar alternativas radicais a esta sociedade. Por outro lado, o que a princípio pode parecer resolvido está longe de o ser efetivamente, pois se ao se compreender as limitações do *status quo* essa dimensão utópica cair num horizonte do “tudo ou nada”, ou seja, negligenciar a importância que pequenos ativismos podem ter na disputa de poder, terminamos não entrando efetivamente na luta por espaço, por território, sempre a espera do momento de transformação total.

Como enfatiza Souza, “se é certo que as forças de mudança devem contar, cedo ou tarde, com a reação, inclusive violenta, da ordem vigente, autênticos movimentos sociais [...] *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas” (SOUZA, 2003, p. 109). Portanto, uma luta pontual como a defesa de seu projeto, de seus anseios, e de sua cultura pelos pescadores de Barra do Furado, *poderia* servir de exemplo para outras coletividades, para outras lutas, permitindo um aumento da margem de manobra para que os grupos dominados na sociedade consigam um pouco mais de poder e de consciência crítica.

Retornamos então ao ponto em que sublinhávamos a relevância da escala local sob perspectiva multiescalar/transescalar para que consigamos avançar num projeto de transformação social rumo a uma sociedade autônoma. Para tal precisamos definir, como aponta Vainer, objetivos ambiciosos rejeitando assim “os pressupostos de que não há o que fazer” e sendo ainda realistas a medida que reconhecemos “que a escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados pela resistência ao projeto neoliberal de reconfiguração escalar” (VAINER, 2002, p. 149).

E ao analisar o desenvolvimento numa perspectiva multiescalar, fica explícito a necessidade de se incorporar a multidimensionalidade presente nesta realidade. Não se trata, portanto, de uma visão econômica do desenvolvimento,

mas como apontamos no início desse estudo, de um desenvolvimento político, social, cultural, enfim, de um desenvolvimento pleno, de melhoria qualitativa da vida social. E o local se mostra suficientemente rico neste aspecto, pois é no local onde se realizam as intencionalidades geradas nas mais variadas escalas, é no local onde se dão as relações sociais, as disputas de poder e onde as práticas espaciais de uma dada coletividade se territorializam. Portanto podemos dizer que

o espaço, feito território, deve ser percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistência, fazendo-nos integrar, para sua análise, os autores referidos anteriormente. Que representações do espaço são projetadas pelas potências hegemônicas para as nações ou culturas dominadas? Como a concepção capitalista de espaço se combina ou se antagoniza com outras concepções de espaço? Como espaços de representação podem ser criados se opondo às representações do espaço hegemônicas? Como as resistências e conflitos, ao provocarem reterritorializações, promovem o desenvolvimento, sempre integrado à lógica territorial? (RUA, 2007, p. 161).

Ao se territorializarem, as práticas espaciais levam consigo as diferenciações, conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais e nos fornecem a evidencia de uma multiterritorialidade no espaço. É dessa relação entre a dimensão espacial e as relações de poder que configuram os territórios que podemos construir um olhar crítico sobre o desenvolvimento.

Ao analisar os territórios não podemos perder de vista que antes de qualquer coisa, estamos tratando da “junção dos conceitos de espaço e poder” (SOUZA 1995, p.78), ou seja, espaço territorializado como instrumento de exercício de poder. E sendo o espaço um híbrido entre as múltiplas dimensões do real,

entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) mobilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Para nós o território adquire, portanto, uma dimensão que abrange desde os processos de apropriação simbólica na qual identificamos o papel da cultura e das identidades criadas pelas coletividades no processo de territorialização através de suas práticas espaciais, ou seja, o espaço vivido de cada coletividade, até uma

dimensão mais concreta de dominação, onde predomina a apropriação e ordenação do espaço como forma de controle e de diminuição da possibilidade de construção de resistências (LEFEBVRE, 1991). Diante disso reiteramos o cuidado que Marcelo Souza tem ao destacar que “a questão primordial é ‘quem domina, governa ou influencia e como domina, governa e influencia esse espaço?’” e apontamos que combinado ao domínio do espaço há o consentimento por parte dos grupos dominados, que se por um lado legitima esse poder, nem por isso significa a inexistência de conflitos e contestações (SOUZA, *op. cit.*, p.78 *et seq.*).

Outra contribuição importante para nossa apreensão dos territórios construídos a partir das disputas de poder na sociedade - no nosso caso entre o poder hegemônico aqui representado pelo Estado e a maioria das ONGs e o contra-poder hegemônico nas mãos de movimentos de resistência - vem de Marco Aurélio Saquet quando este nos aponta que

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2004, p.28; ver também SAQUET, 2007).

Percebemos então que é da hibridez do território e também dessa multiterritorialidade<sup>18</sup> que podemos retirar algumas possibilidades de construção de caminhos alternativos. Quando partimos desta compreensão do espaço e do território, o local mais uma vez emerge como lugar privilegiado de análise a medida que é nele onde se concretizam as relações de poder, de apropriação de dominação, é nele onde o espaço vivido e percebido de cada coletividade se (re)produz, carregando consigo significados, símbolos e assimetrias de poder, que fazem deste espaço um lugar de disputa, materializando-se também nas suas

---

<sup>18</sup> Entendemos a multiterritorialidade na acepção que Haesbaert nos oferece quando explicita ser “uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios” o autor aponta ainda que esta multiterritorialidade é resultado do domínio do território-rede na sociedade contemporânea onde “a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis (HAESBAERT, 2005, p. 6786; ver também HAESBAERT, 2004).

formas espaciais (SOUZA, 2006, p. 317). Podemos dizer então que da heteronomia contida nas relações sociais hodiernas, resultam territórios heterônomos.

Léfèbvre também nos aponta esta relação quando, ao analisar a cidade moderna, afirma que há “um verdadeiro consumo *produtivo* do espaço” (...) e “o consumo do espaço histórico corresponde à produção do espaço capitalista” (LEFEBVRE, 2008, p.155, grifo do autor). Mais a frente o autor segue seu raciocínio afirmando que “quanto ao desenvolvimento, a experiência e a história nos ensinam que não há criação de formas sociais e de relações sociais sem criação de um espaço apropriado” (LEFEBVRE, 2008, p. 161). Esse pensamento explicita a forma pela qual o espaço tem sido manipulado de forma deliberada, tornando-se um espaço *instrumental*, através do qual são traçadas estratégias políticas e onde elas se enfrentam e se desdobram<sup>19</sup>.

Como já apontamos anteriormente,

como se trata do modelo societário (não apenas econômico) capitalista – contraditório por natureza – capaz de, simultaneamente, criar, recriar ou destruir relações sociais e suas espacialidades/territorialidades e, ao mesmo tempo, não prescindindo da manutenção de relações não-capitalistas de produção e de suas práticas espaciais, o movimento do todo social torna-se extremamente complexo. Integrador, mas não homogeneizador; hegemoneizador, mas contendo o diferente; integrado às crescentes desigualdades, reforçando-as e/ou adaptando-as a sua lógica. As práticas espaciais alternativas ao modelo dominante podem ser destruídas, integradas ou transformadas de acordo com o “jogo de forças” de cada momento histórico que, com isso, define sua(s) espacialidades/territorialidades específicas (ACIOLI, *et al*, 2009, p. 12).

Portanto, daqui em diante podemos acrescentar outra condicionante para a construção do desenvolvimento autônomo. Este necessitaria não somente da valorização da participação como mecanismo de ganho político-educacional, da construção de mobilizações e resistências e da superação dos obstáculos como da cooptação dos movimentos, dos problemas de implementação dessa participação e das desigualdades encontradas na sociedade que dificultam o acesso à espaços participativos, como apresentamos anteriormente. Agora esbarramos nas dificuldades materiais, operacionais e de ordem organizativa, pois e podemos

---

<sup>19</sup> Embora Léfèbvre não utilize aqui o conceito de território, tão somente espaço, é possível perceber uma aproximação com a nossa apreensão de território a partir da consideração das relações de poder que o envolvem.

afirmar que “o capitalismo sobrevive como sistema ao produzir seu próprio espaço” (RUA, 2007, p. 170), resultando na conformação de territórios hegemonicamente heterônomos e que atendem às necessidades e ao controle de grupos dominantes, precisamos buscar superpor uma nova organização territorial à preexistente numa busca por uma territorialidade autônoma.

Um primeiro passo está na contraposição ao poder centralizador do Estado e suas instituições, sem que isso signifique a defesa de uma ausência total de poder, mas propondo uma transferência às mãos da sociedade do papel de “gerir livremente seu território” (SOUZA, 2003, p. 106), conferindo liberdade de criação e de manifestação de suas escolhas. É indispensável que se busque a construção coletiva de territórios que representem legitimamente os indivíduos nele inseridos, considerando para tal “as identidades territoriais e os sentimentos/senso de lugar, valorizando-se os espaços vividos da população em meio a um processo de diálogo e negociação” (SOUZA, 2006, p. 354) e não apenas critérios técnicos ou político-administrativos.

As ONGs, na busca por levar o desenvolvimento às coletividades que sofrem com a ausência do Estado, não se limitam às delimitações político-administrativas para a implementação de seus projetos, buscando interferir em espaços nas mais variadas escalas, por meio de suas parcerias e das redes de relações que estabelecem. Contudo, não conseguem ou não pretendem avançar no sentido de conferir à essas coletividades autonomia no processo decisório do seu desenvolvimento.

É o caso do Instituto Sete Capitães, que possui um alcance regional, parcerias com o Estado e com inúmeras instituições por todo o Brasil, o que teoricamente a permitiria ganhos reais na construção de redes de resistências à hegemonia liberal, mas que ao identificar as carências existentes em Barra do Furado, propõe um desenvolvimento através de um olhar externo àquela coletividade. A parceria dessa organização e sua defesa do projeto de desenvolvimento apresentado pelo Estado, pela construção dos estaleiros e transformação da pesca artesanal em “profissional”, legitima o espaço concebido pelo poder hegemônico, confrontando o espaço vivido pelos moradores e ainda o espaço concebido por estes.

Desse conflito entre o externo e o interno, entre o espaço concebido pelo poder hegemônico e o espaço vivido e concebido pelas coletividades, é que temos a arena de luta e de disputa pela manutenção do *status quo* ou por uma radicalização da democracia na busca por uma sociedade mais equitativa e por um desenvolvimento mais humano, liberto de dominação. E se vemos o desenvolvimento como base para uma perspectiva concreta de mudança social, como demonstramos ao longo deste estudo, devemos avaliar com um pouco mais de cuidado o conteúdo de nossa defesa.

Quando atribuímos ao projeto desenvolvimentista na modernidade uma relação direta com capitalismo, não podemos mais uma vez deixar de atentar para o fato de que

essa situação não ocorre sem a emergência de (diversos) conflitos sócio-espaciais de rejeição/reação. Dessa forma, mais do que nunca, o cenário atual é (en)coberto pelos discursos da globalização econômica, cultural etc. em que explodem, com cada vez maior relevância, os movimentos de (contra)cultura e/ou (contra)econômicos (ACIOLI, et. al., 2009, p. 2).

Os movimentos de resistência que surgem neste processo se apresentam tão diversos quanto a realidade cultural da qual emergem. E uma vez entendida essa diversidade, podemos partir em busca da construção do desenvolvimento exatamente a partir da valorização dessas diferenças geográficas. Conforme nos mostra Souza (1997, p. 19) “o *conteúdo* do desenvolvimento (...) deve ser entendido como atrelado a cada universo cultural e social particular, sendo logo, em um nível de detalhe que se preste à operacionalização, *variável, plural*”. E é ainda com base nessa multiplicidade de possibilidades que afirmamos não ser possível aplicar um mesmo modelo de desenvolvimento para todos os diferentes lugares, as diversas realidades encontradas. Que fazer diante deste quadro? Retomamos então o princípio da autonomia individual e coletiva para tentar delinear os caminhos possíveis.

Compartilhamos do pensamento de Rua (2007, p. 186) quando afirma que “só pode haver a construção de uma história própria se existir a possibilidade de construir escolhas próprias, isto é, exercitar autonomia. O homem novo, para um [Gramsci], e o indivíduo autônomo [Castoriadis], para outro, são capazes de refletir e atuar na transformação da sociedade em que vivem”. O desenvolvimento

então assume a busca pela autodeterminação das coletividades quando da escolha de seus projetos próprios, enfatizando “as demandas locais, resgatando a força do lugar, mas integradas ao global (multiescalaridade), reduzindo ao mínimo, ou eliminando, as assimetrias que marcam tal integração” (*ibid.*, p. 184). A partir desse momento, temos a perspectiva da construção de “desenvolvimentos”<sup>20</sup> capazes de libertar, saindo da prisão da heteronomia, mas considerando a existência do múltiplo.

A esses desenvolvimentos autônomos, correspondem territorialidades autônomas, nas quais teremos a expressão espacial de cada conquista de liberdade individual e coletiva. Se antes tínhamos espacialidades e territorialidades moldadas pelo processo histórico de desenvolvimento sob a ótica da modernidade, e por isso mesmo excludentes, agora teremos a possibilidade de construção de um novo arranjo territorial. Ainda que renovado por práticas espaciais que se distanciam cada vez mais daquela de dominação do capitalismo, este novo arranjo ainda conserva as diferenciações e contradições internas. Com isso queremos chamar atenção para o fato de que a autonomia “não é uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, um horizonte de pensamento e ação” (SOUZA, 1996, p. 10 *et seq.*).

Qual seria então o papel que as ONGs assumiriam neste processo? Para desenvolver esta questão nos apoiamos nas sugestões de encaminhamento para estratégias de ação e intervenção esboçadas por Marcelo Souza (2000). Quando o autor aborda “O planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista”, ressalta que para a elaboração de estratégias de ação devemos iniciar respondendo a três questões: “*que problemas precisam ser superados? Com quem se pode contar para essa empreitada, e sob quais condições? Quais são os obstáculos e as dificuldades previsíveis?*” (SOUZA, 2000, p. 86, grifos do autor).

Ao tratar dos problemas enfrentados Souza traz mais uma vez a defesa da autonomia de cada coletividade na escolha e determinação de seus projetos e aponta que não podemos “permitir que pesquisadores ou técnicos decidam as

---

<sup>20</sup> Rúa fala de “desenvolvimentos” para sublinhar a contraposição à um modelo único de desenvolvimento, um desenvolvimento heterônomo, propondo então que seja incorporada na ideia de desenvolvimento a “existência do múltiplo, isto é, do direito de cada sociedade de definir seus próprios modelos de desenvolvimento”. (2007, 169)

prioridades e as metas de cada coletividade”. Para nós, essa mesma ressalva pode ser feita às ONGs.

Trazendo para o campo de atuação das ONGs, podemos entender que seu papel deve ser limitado à contribuição para uma discussão crítica e ao apoio técnico quando da escolha dos *meios* utilizados para a mudança social desejada. Já os *fins*, “dizem respeito a valores e expectativas que, sob um ângulo radicalmente democrático, não podem ser definidos por uma instância técnica ou política separada do restante da sociedade. Os fins têm de ser estabelecidos pelos próprios envolvidos” (*ibid.*, p. 87).

Outro elemento primordial está nas parcerias que podem ser efetivadas pelas ONGs como forma de ampliação de forças. Sabemos que boa parte dessas ONGs busca parcerias em todos os campos possíveis, sua vivência transescalar permite que tracem alianças com o Estado, com a iniciativa privada, com movimentos sociais, sendo essas organizações de escala local como também de alcance mundial. É, por exemplo, o caso do Instituto Sete Capitães que como dissemos, possui uma vinculação com uma multinacional privada, com as prefeituras dos municípios do norte fluminense e com movimentos locais. Fica difícil identificar qual a filosofia política de atuação da organização, uma vez que suas parcerias parecem ter interesses conflitantes e, portanto, o resultado de sua atuação numa dada coletividade não se faz sem a determinação implícita desses interesses. Seria necessária uma busca por parcerias que apresentem convergências de pensamento, na busca por auxiliar as coletividades na construção de seus desenvolvimentos. Certamente essas novas alianças também não seriam isentas de conflitos, contudo a premissa de conferir às coletividades um horizonte de liberdade de decisão e de ação seria um indicativo que as qualificaria positivamente.

Tratar dos obstáculos e das dificuldades previsíveis pressupõe que sejam avaliados tanto os recursos disponíveis, para que possam ser adequados a cada projeto, como também as resistências que possam ser enfrentadas a medida que implementem “medidas redistributivas” e de “ampliação da democracia” (SOUZA, 2000, p. 87). No conflito existente entre o espaço vivido e concebido pela coletividade de Barra do Furado e o espaço concebido pela prefeitura, podemos perceber que não houve um movimento no sentido de conferir liberdade às escolhas da coletividade. Este obstáculo se deu não só pela falta de recursos

materiais e imateriais para tal, como também pelo poder assimétrico da prefeitura, reforçado pela atuação do Instituto Sete Capitães.

Sublinhamos que deva haver uma mudança nessa correlação de forças, na qual as ONGs, ou outras instâncias de planejamento, não sejam elementos limitadores da participação popular e não atuem de forma a determinar quais são as necessidades de uma dada coletividade, para, a partir, daí buscar os meios à sua resolução. Se buscamos daqui em diante ter como horizonte de pensamento a perspectiva autonomista, devemos entender que nosso papel como pesquisador, e também o papel das ONGs e outras instituições, seja o de valorizar as conquistas empreendidas sob os marcos da sociedade heterônoma e auxiliar às coletividades na concretização de seus projetos. Como nos aponta Souza (*ibid.*, p. 95) nosso papel deve se “restringir a uma colaboração mais indireta, sobretudo contribuindo para o aprimoramento e a requalificação dos quadros locais, em vez de atuar como consultores que elaboram planos acabados e como que saídos de uma linha de montagem”. O papel de protagonista cabe à própria coletividade, que através de debates e discussões públicas consigam gerir seu espaço, criando uma territorialidade autônoma e conseqüentemente construindo seus próprios desenvolvimentos.

Diante das críticas empreendidas ao modelo de desenvolvimento moderno e da tentativa de encontrar caminhos possíveis para sua superação, entendemos não ser possível criar um novo modelo de desenvolvimento capaz uma justiça social e qualidade de vida, sob pena de estarmos reproduzindo a lógica de dominação, uma vez que ao se tentar exportar de forma indiscriminada o mesmo modelo para todas as coletividades terminamos desconsiderando todas as suas idiossincrasias, sua cultura, sua história, sua organização social. A possibilidade de transformação da idéia e da práxis do desenvolvimento se encontra, no nosso entendimento, na tentativa de deixar “aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades (...) escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento” (RUA, 2007, p. 171).

Trata-se, desta forma, da construção de uma “teoria aberta” do desenvolvimento que conforme Souza (1996, p. 9) “ao invés de *definir* de uma vez por todas (...) o que seja desenvolvimento, cabe tão-somente (o que, porém,

não é tão pouco) extrair um *princípio norteador*”. Os desenvolvimentos possíveis e desejados trazem consigo a autonomia individual e coletiva, numa busca sempre incompleta - porque sempre se refazendo - pela liberdade, justiça social e qualidade de vida das coletividades.